

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DA SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES

DOCUMENTO DE CONCURSO

CR58A003041CL00082025FG

AQUISIÇÃO DE TONER

2025

Instituto Nacional de Saúde Estrada Nacional n°1, Parcela 3943, Distrito de Marracuene Telefone: +258 87 200 0143 Maputo – Moçambique

Apresentação

- 1. Este Documento de Concurso foi elaborado em conformidade com o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n.º 79/2022, de 30 de Dezembro, e tem por objectivo auxiliar as Unidades Gestoras Executoras das Aquisições na realização de concurso para contratação de Serviços.
- **2.** Conforme estabelecido no nº 4 do artigo 49 do Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 79/2022, de 30 de Dezembro, o uso deste modelo de Documento de Concurso é obrigatório.
- **3.** O Modelo do Documento de Concurso para contratação de Serviços, é constituido pelas seguinte partes:

Parte	Discriminação	Página
I	Programa do Concurso	3
II	Caderno de Encargos	16
	1. Especificações Técnicas	16
	2. Formulários de Propostas	17
III	Modelo de Contrato	27
	 Condições do Contrato 	28
	2. Formulários de Garantias	37

Parte - I. Programa do Concurso

No preenchimento das informações pertinentes relativas ao concurso, a Unidade Gestora Executora das Aquisições deverá indicar com a expressão N/A (não aplicável) nas cláusulas consideradas não essenciais ao concurso para garantir a padronização do Documento de Concurso, bem como definir de forma precisa, suficiente e clara o objecto da contratação e melhor orientação, preparação das propostas e respectivos documentos de qualificação.

1. Entidade Contratante	1.1.Nome da Entidade Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE
• Artigo 3	SAÚDE
• Alínea ff), Glossário	0.1022
2. Identificação do	2.1. CR58A003041CL00082025FG
Concurso	2.1. CR30A003041CL000020231 G
• Alínea a), n.°2, artigo 49	
3.Objecto do	3.1.Objecto do Concurso: Aquisição de Toner
Concurso	3.1. Objecto do Concurso. Aquisição de Tonei
• Alínea b), n.°2, artigo 49	3.2. É Obrigatório a definição de especificação técnica dos <i>Bens por meio de Termos de Referência</i> .
	3.3. O concurso é relizado por: Lote único.
4.Valor Estimado da	4.1. Valor estimado da contratação: 5.071.513,00Mts, sendo:
Contratação	G 1
• Alínea c), n.°2, artigo 49	Subvenção de RSSH – 3.822.513,00 Mts linhas orçamentais 52, 88 e 226; e
	.Subvenção de C19RM — 1.249.000,00 Mts linhas orçamentais 563, 605 e 631
	Nota: A contratada estará sujeita aos procedimentos do Mecanismo Fiscal de Regularização do IVA, aplicados nas aquisições de bens e serviços, no âmbito de projectos públicos financiados por instituições financeiras internacionais e parceiros de cooperação de desenvolvimento, ao abrigo do Decreto Nr. 66/2017 de 23 de Novembro.
5. Modalidade de	5.1.Modalidade: Concurso Limitado
Contratação	
Artigo 46	
Artigo 67	
Artigo 71	
Artigo 76	

6. Esclarecimento sobre os Documentos de Concurso • Alínea e), n.°2, artigo 49 • Artigo 51	 6.1. O prazo para solicitação de esclarecimentos é de: 04/06/2025 à 08/06/2025 6.2. Prazo de Resposta aos Pedidos de Esclarecimentos é de: 09/06/2025 à 13/06/2025 6.3. Para fins de solicitação de esclarecimentos, o endereço da Entidade Contratante é: INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE Estrada Nacional N.º 1, Província de Maputo, Distrito de Marracuene Parcela N.º 3943 Telefone: +258 872000143 E-mail: ugea@ins.gov.mz Maputo – Moçambique 	
7. Concorrentes Elegíveis		
N.°5, artigo 30Artigo 31	7.1. O concorrente estrangeiro $\underline{NAO \ \acute{E}}$ elegível para participação.	
8. Documentos de Elegibilidade • Artigo 24 • Artigo 25 • Artigo 27 • Artigo 32 • Artigo 33	 8.1. Para efeitos de participação no concurso, o concorrente deve apresentar APENAS o Certificado de Inscrição no Cadastro Único de Empreiteiros, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços ao Estado previsto no artigo 43 do presente Regulamento. 8.2. Adicionalmente devem ser apresentados os seguintes documentos: a) Alvará compatível com objecto de contratação, emitido pela Entidade Competente; b) Declaração do concorrente comprovativa das instalações e equipamentos adequados e disponíveis para a execução do objecto da contratação; c) Declaração de compromisso sobre existência de uma sala de exposição (ou uma loja) e armazém de mercadoria possíveis de visita; endereços físicos a indicar; de preferência complementado por fotos; d) Contratos celebrados com objecto similar nos últimos três exercícios económicos no valor mínimo de 6.000.000,00MT(Seis milhões de Meticais), acompanhado de cartas abonatórias deste objecto de contratação; e) Facturação média anual nos três (3) últimos exercícios fiscais de valor igual ou superior a 10.000.000,00MT(Dez milhões de Meticais) 8.3. No caso de consórcio, cada membro deve apresentar o documento de Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços ao 	

Estado, incluindo o documento de constituição do consórcio, ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.º1, artigo 126 10 Proposta Técnica • Alinea w), n.º2, artigo 49 11. O Concorrente deve apresentar a Proposta Técnica caso seja exigido as seguintes informações: a) Justificativa do modo de prestação de seviços; b) Cronograma de prestação de seviços; c) Lista e confirmação de disponibilidade dos seviços a prestar; e d) Qualquer outra informação ou documento solicitado: N/A 11. Apresentação de propostas e ce carimbadas, num único invólucro opaco, fechado, selado ou e carimbadas e carimbadas e e carimbadas e carimbadas e carimbadas e carimbadas e e carimbadas e carimbadas e carimbadas e carimbadas e e carimbadas e e carimbadas	Artigo 53	lacrado, no mínimo de DOIS EXEMPLARES , com		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado eque sejam exigidos ao subcontratante a fase de formação do contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial subcontratação, de requisitos de qualificação para efeitos de contratação, a Justificativa do modo de prestação de seviços; b) Cronograma de prestação de disponibilidade dos seviços a prestar; e d) Qualquer outra informação ou documento solicitado: N/A		1 1		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000/00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.°1, artigo 126 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial subcontratação. 10. Proposta Técnica • Alinea w), n.º2, artigo 49 10. 1. O Concorrente deve apresentar a Proposta Técnica caso seja exigido as seguintes informações: a) Justificativa do modo de prestação de seviços; b) Cronograma de prestação de seviços;	11 Appropriate 27 - 1-	-		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000/00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.°1, artigo 126 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial subcontratação. 10. Proposta Técnica • Alinea w), n.º2, artigo 49 10. 1. O Concorrente deve apresentar a Proposta Técnica caso seja exigido as seguintes informações: a) Justificativa do modo de prestação de seviços; b) Cronograma de prestação de seviços;		e Lista e confirmação de disponibilidade dos seviços la prestar;		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.º1, artigo 126 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratata a presentação prévia dos contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial subcontratado, de requisitos de qualificação para efeitos de contratação. 10. Proposta Técnica • Alinea w), n.º2, artigo 49 10. 1. O Concorrente deve apresentar a Proposta Técnica caso seja exigido as seguintes informações: a) Justificativa do modo de prestação de seviços;				
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.º1, artigo 126 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial subcontratado, de requisitos de qualificação para efeitos de contratação.	,, , ,	a) Justificativa do modo de prestação de seviços;		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,000MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial subcontratação.	_			
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.°1, artigo 126 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial subcontratado, de requisitos de qualificação para efeitos de	10 Proposta Técnica	,		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.º1, artigo 126 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa, e preenchimento, por parte do potencial		1		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.Subcontratação • N.°1, artigo 126 9.1. É permitida a subcontratação mediante apresentação prévia dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do				
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,000MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial. 9.5. Subcontratação prévia dos				
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata emitida pelo Tribunal Judicial.	=			
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal. (ii) Declaração válida emitida pela instituição responsável pelo sistema nacional de segurança social; e (iii) Declaração de que não há pedido de falência ou Concordata	9.Subcontratação			
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela Administração Fiscal.				
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para: (i) Apresentar a certidão válida de quitação emitida pela				
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para:				
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à 60.000.000,00MTs (sessenta milhões de meticais). 8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante		<u> </u>		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal dos reais beneficiários efectivos nos casos em que o valor estimado de contratação seja igual ou superior à		8.7. Previamente à celebração do Contrato, a Entidade Contratante		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um deles. 8.6. Após a Adjudicação, a Entidade Contratante deverá notificar ao concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal		estimado de contratação seja igual ou superior à		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes. 8.5. Os requisitos de qualificação técnica do consórcio podem ser comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um		concorrente vencedor para apresentar a declaração nominal		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores comprovados de cada um dos membros integrantes.		comprovados por um dos seus membros ou pela soma de elementos que integram a capacidade técnica de cada um		
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o concurso. 8.4. Os requisitos de facturação mínima ou de capital social ou de património líquido podem resultar da soma dos valores				
ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o		património líquido podem resultar da soma dos valores		
		ou respectivo projecto, acompanhado de declaração de compromisso para a consituição do consórcio, caso vença o		

 N° 2, artigo 54 Artigo 55 N° 3, artigo 56 	identificação completa do Concorrente, Objecto de contratação e número de Concurso, no seu exterior marcadas como "ORIGINAL" e "CÓPIA".		
	11.2. Caso os envelopes não forem fechados, selados ou lacrados e identificados, a Entidade Contratante não assumirá responsabilidade alguma pelo extravio ou abertura prematura da Proposta.		
	11.3. As propostas apresentadas fora do prazo estabelecido no Anúncio e Documento de Concurso não devem ser recebidas pela Entidade Contratante.		
	11.4. O concorrente arcará com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da sua proposta incluindo tradução para a língua portuguesa.		
	11.5. Caso o Júri constate uma ou mais propostas fora do prazo definido nos Documentos do Concurso, não deve abrir.		
12.Preços da Proposta	12.1. Os preços cotados para cada lote devem corresponder a 100%		
• Alínea h), n.°2, artigo 49			
13. Visita ao local de prestação de ServiçosAlínea i), n.°2, artigo 49	13.1. NÃO APLICÁVEL		
14. Moeda	14.1. A Moeda de Cotação e de Pagamento é o METICAL.		
• Alínea j), n.°2, artigo 49	14.2 . Caso o Concorrente apresente a proposta de preço em outra moeda que não seja o Metical, deverá considerar a taxa de câmbio vigente trinta (30) dias antes da data prevista para apresentação das propostas: N/A .		
	 14.3. Os preços cotados nas diferentes moedas serão convertidos para: METICAL Data da Taxa de Câmbio: N/A 		
	■ Fonte:N/A		
15. Língua da Proposta	15.1. A proposta e toda a correspondência preparada pelo		
Artigo 5	Concorrente, será por escrito e em língua portuguesa. A Entidade Contratante pode divulgar o Anúncio e Documento de		
	Concurso simultaneamente em outra língua, prevalecendo a		
	língua portuguesa.		
	15.2 É normitido o enrecentosão de promesto em entre lígeno		
	15.2 . É permitida a apresentação de proposta em outra língua, prevalecendo sempre a língua portuguesa: N/A		
16. Prazo e local para	16.1 . As propostas deverão ser entregues à Entidade Contratante até		
entrega das propostas	a data, hora e endereço abaixo indicados:		

• Alínea k), n.°2, artigo 49		
Aimea k), ii. 2, artigo 4)	Data:18/06/2025	
	Hora: 10:00 hrs	
	Instituto Nacional de Saúde,	
	Departamento de Aquisições	
	EN1, Vila de Marracuene, Parcela Nr. 3943	
	Telefone: +258 87 200 0143	
	E-mail: ugea@ins.gov.mz	
	Maputo – Moçambique	
17. Prazo e local para	17.1. As propostas serão abertas pelo Júri em sessão pública e na	
abertura das propostas	presença dos interessados previamente registados:	
• Alínea k), n.°2, artigo 49	Data: 18/06/2025	
• Art.56	Hora: 10:15 hrs	
	Instituto Nacional de Saúde,	
	Departamento de Aquisições EN1, Vila de Marracuene, Parcela Nr. 3943	
	Província de Maputo, Distrito de Marracuene	
	Telefone: +258 87 200 0143	
	E-mail: ugea@ins.gov.mz	
	Maputo – Moçambique	
18. Prazo de Validade	18.1. As propostas devem ser válidas por: 90 (Noventa) dias, contados	
das Propostas	a partir da data da abertura das propostas.	
• Alínea l), n.°2, artigo 49	T T	
• Artigo 55	18.2. Proposta com prazo de validade inferior ao estabelecido será	
ringo 55	considerada desclassificada pela Entidade Contratante.	
	1	
	18.3 . Em circunstâncias excepcionais, antes do vencimento do prazo	
	de validade das propostas, a Entidade Contratante poderá	
	solicitar aos Concorrente a sua prorrogação por escrito, que não	
	deve ser superior a 120 dias contados a partir da data de abertura	
	das propostas.	
	18.3.1. Se a solicitação da prorrogação do prazo de validade das	
	propostas ocorrer antes do término do prazo estabelecido para	
	apresentação das propostas deve ser divulgada pela mesma	
	forma que o texto original.	
19. Propostas com		
variantes	19.1. "Propostas com variantes NÃO serão aceites."	
• Alínea m), n.°2, artigo 49		
20. Reajustamento de	20.1. Na elaboração da proposta o concorrente deverá ter em conta	
preços	que o contrato compreende a totalidade dos trabalhos com base	
• Alínea t), n.°2, artigo 49	no preço proposto.	
• Artigo 118		
111150 110	20.2. Os preços não serão sujeitos a reajustamento durante a	
	execução do contrato.	
	,	

	·
houver alteração das o tenha ocorrida entre a data da apresentação Concurso e data da er corresponderá a variaç serem pagas pela cont	olicitar a revisão do preço do Contrato se obrigações fiscais, desde que tal alteração a data de vinte e oito (28) dias antes da o das propostas no procedimento de missão do Auto de Recepção. A revisão ção do montante das obrigações fiscais a cratada. Interpode, realizar diligências e solicitar
• N°3, artigo 58 • Artigo 59	Concorrentes em caso de:
	entos de qualificação.
	nodificação nos preços ou da proposta ecção de erros artiméticos detectados
(1) ou mais propose correcção dos mesmo.	existência de erros aritméticos em uma tas não desclassificadas, procederá à s nos termos previstos nos Documentos ará aos concorrentes dos erros e omissões
Concorrentes para con os seguintes elemento a) Para aferir a sua capaci	dade de acordo com o estabelecido nos
Documentos de Conc	
22. Garantias 22.1. NÃO É requerida a G	farantia Provisoria.
• Alínea n), n.°2, artigo 49 22.2. Valor da Garantia Def	finitiva: 5% (Cinco por cento) do valor
do Contrato, válida n	
Artigo 105Artigo 106	
• Artigo 106 • Artigo 107	
• Artigo 107 • Artigo 108	
	o de adiantamento permitido é de: NÃO
• Artigo 107 APLICÁVEL	
24. Avaliação e Decisão sobre as propostas 24.1. Os Concorrentes pode	em cotar preço para um ou mais Lotes.
Artigo 58 24.2 A avaliação será feita	por: Lote único.
25. Critério de Avaliação e Decisão das Propostas 25.1. O Critério de Avaliação	ão é: Critério do Menor Preço Avaliado

Artigo 38			
26. Critério de Menor Preço avaliado • Artigo 39 • Artigo 41	26.1 . Se o critério adoptado for o de Menor Preço Avaliado a avaliação deve levar em consideração as especificações técnicas e os requisitos de qualificação.		
• Alínea o), n.°2, artigo 49	26.2. Os concorrentes que não respondem aos requisitos referidos no número anterior, devem ser desclassificados.		
	26.3. A adjudicação será feita ao concorrente que tenha apresentado o Menor Preço Avaliado de entre as propostas não desclassificadas.		
	26.4 . Se a avaliação com base no menor preço avaliado, tiver em conta as condições de pagamento devem ser considerados os seguintes factores financeiros: Não aplicável.		
	 26.5. A melhor proposta será determinada mediante a aplicação da seguinte fórmula: PA = [(Pp) + (Vcp)], (Aplicável somente para factores financeiros), onde: PA - Preço avaliado Pp - Preço proposto Vcp - factores financeiros 		
	26.6 . No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação final deve ser decidida por sorteio, em sessão pública		
27.Critério Conjugado	final deve ser decidida por sorteio, em sessão pública. 27.1. Se o critério adoptado for o Conjugado para além dos requisitos		
• Artigo 40	de qualificação e de especificação técnica previstos deverá		
Artigo 41	levar em consideração os factores de ponderação técnico e financeiros abaixo indicados: N/A		
	27.1.1. Factores Adicionais - Técnicos		
	a) Prazo de Execução: N/A		
	 (i) O prazo máximo permitido é de: N/A (ii) O prazo mínimo permitido é: N/A 		
	(iii) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de: N/A		
	b) Prazo de Garantia: N/A		
	(i) O prazo máximo permitido é de: N/A		

- (ii) e o prazo mínimo permitido é: N/A
- (iii) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de: N/A
- **a)** Disponibilidade em Moçambique de Serviços de Manutenção e de Peças de Reposição: N/A.
 - (i) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de: N/A.
- b) Custo das Peças Sobressalentes: N/A
 - (i) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de: N/A
- c) Custos de Operação e Manutenção: N/A
 - (i) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de:**N/A**
- d) Funcionamento e produtividade do equipamento: N/A
 - (i) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de: N/A
- e) Benefícios ambientais: N/A
 - (i) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de: N/A

Ser titular de certificado válido do selo "Orgulho Moçambicano", Made in Mozambique: N/A

- (i) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou desconto no preço proposto é de: **N/A**
- f) Certificação do equipamento ou serviços: N/A
- g) Parâmetros de qualidade, resiliência e outros que a Entidade Contratante julgar pertinentes.

27.1.2. Factores Adicionais - Financeiros

- a) Variações no Montante da Parcela de Adiantamento: N/A
 - (i) O percentual máximo de adiantamento é: N/A
 - (ii) O factor de correcção, para acréscimo ou desconto no preço proposto é de: N/A

	b) Variações no Cronograma de Pagamentos: N/A	
	(i) A variação (para mais ou para menos) não pode ser	
	superior a: N/A	
	(ii) O factor de correcção, sob a forma de acréscimo ou	
	desconto no preço proposto, é de: N/A	
	27.2 . A melhor proposta será determinada mediante a aplicação da	
	seguinte fórmula:	
	PA = [(Pp) + (Vcp)], onde:	
	PA - Preço avaliado	
	Pp – Preço proposto	
	Vcp – factores adicionais	
	27.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação	
	final deve ser decidida por sorteio, em sessão pública.	
28. Margem de	28.1. É obrigatória a aplicação da margem de preferência de quinze	
preferência	por cento (15%) do valor de contrato, sem imposto, para	
Artigo 30	concorrentes nacionais. Não Aplicável	
	Ou	
	28.2. O concurso é restrito apenas a concorrentes nacionais em virtude do volor estimado de contrato pão exceder a 21 000 000 00Mt	
	do valor estimado de contrato não exceder a 21.000.000,00Mt (vinte um milhões de meticais). Não Aplicável	
29. Cancelamento ou	29.1. A Entidade Contratante reserva-se o direito, sem incorrer	
Invalidação	qualquer responsabilidade para com os Concorrentes de:	
• Alínea p), n.°2, artigo 49	quanque cosperantes para com constitue de co	
• Artigo 63	i. Cancelar o Concurso nos seguintes casos: Existência de	
• Artigo 64	eventos ocorridos após o Anúncio de Concurso que	
I mugo o i	comprovadamente modifiquem o interesse público na	
	contratação, nomeadamente nos casos de revisão	
	orçamental e demais circunstâncias devidamente	
	fundamentadas e previamente estabelecidas nos	
	Documentos de Concurso e	
	ii. Invalidar o Concurso nos casos de ocorrência de	
30. Sanções aplicáveis,	irregularidades no processo que violem o Regulamento. 30.1. São passíveis de procedimento administrativo os Concorrentes	
• Alínea p), n.°2, artigo 49	que por si ou por intermédio de outrem, induzam ou concorram	
• Artigo 23	para a prática de actos que violem os Documentos de Concurso	
• Artigo 284	nos termos do Regulamento.	
- Alugo 204		
	30.2. O concorrente que injustificadamente recuse a celebrar o	
	contrato perde a Garantia Provisória para além de outras medidas	
	administrativas:	
	a) Pagamento de Multa;	

	b) Proibição de contratar com o Estado, pelo período de um (1)
ano; e c) Em caso de reincidência, proibição de contratar com o pelo período de cinco (5) anos.	
	30.3 . São passiveis de procedimento disciplinar os funcionários ou agentes da Entidade Contratante que violem ou deixem de observar os procedimentos de contratação pública.
	30.4. A Entidade Contratante que Cancele ou Invalide o concurso por motivos não previstos nos Documentos de Concurso, é passível de multa no valor correspondente a: 0,1% (zero virgula um por cento) do valor estimado de contratação.
31. Prazo de Execução	31.1. Prazo para Execução dos Bens é de: 12 (Doze) meses .
dos Serviços • Alínea r), n.°2, artigo 49	31.2 O prazo referido no número anterior, conta a partir de: da data assinatura do contrato.
32. Práticas anti-éticasArtigo 282Artigo 283Artigo 284	32.1 . As Partes devem observar os mais elevados padrões de ética durante a contratação e execução do contrato, de acordo com o estabelecido no Regulamento e legislação aplicável.
• Alugo 204	32.2 . A Entidade Contratante e o Concorrente comprometem-se a não oferecer, directa ou indirectamente, vantagens a terceiros, e nem solicitar, prometer ou aceitar, para benefício próprio ou de outrem, ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar.
	32.3. No caso de ocorrência de práticas anti-éticas, o Concorrente será declarado impedido de participar em procedimentos de contratação, nos termos do Regulamento.
33. ReclamaçãoArtigo 278	33.1. O concorrente poderá apresentar reclamação no prazo de cinco dias úteis contados da data da notificação sem pagamento de nenhuma taxa.
	33.2. Autoridade Competente é: Directora Geral Adjunta
34. Recurso HierárquicoArtigo 279Artigo 280	34.1 . O concorrente poderá apresentar recurso hieráquico no prazo de três (3) dias após a notificação da decisão sobre a reclamação mediante a apresentação de uma garantia a titulo de caução no valor correspondente a: 10.000,00MT (Dez mil, meticais).
25 Doorway Control	34.2. Autoridade Competente: Ministro da Saúde.
35. Recurso ConteciosoArtigo 281	35.1 . Da decisão proferida em Recurso Hierárquico, o Concorrente poderá apresentar Recurso Contencioso ao Tribunal Administrativo, nos termos da legislação específica.

Parte - II. Caderno de Encargo

- **1.** Cabe a Entidade Contratante descrever as Especificações Técnicas do objecto da contratação, incluindo outras informações pertinentes, devendo recorrer para o efeito ao Catálogo de Bens e Serviços (CBS), disponível no Portal de Contratação Pública através do endereço electrónico www.ufsa.gov.mz.
- **1.** Sempre que necessário a Entidade Contratante poderá solicitar a Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições (UFSA) a criação de Padrão ou Item e sua inclusão no CBS.
- **2. Especificações Técnicas** é um conjunto de prescrições constantes do Caderno de Encargo, que definem as características exigidas para a contratação de bens.
- **3.** Padrão descritivo é o conjunto de características com base nas quais se definem e especificam os itens de bens.
- **4. Item** são valores característicos de um padrão de Serviços.

II.1. Especificações Técnicas:

1. Especificaões técnicas

Ord	Descrição de material	Unidade	Quantidade
1	Toner HP 26A	Unidade	35
2	Toner HP 30A	Unidade	15
3	Toner HP Laser Jet 59A	Unidade	51
4	Toner HP 89A	Unidade	136
5	Toner HP 659A	Jogo (1x4)	6
6	Toner HP 19A	Unidade	8
7	Toner HP 83A	Unidade	5
8	Toner HP 415A	Jogo (1x4)	14
9	Toner HP305A	Jogo (1x4)	7
10	Toner HP 17A	Unidade	7
11	Toner HP 201A	Jogo (1x4)	6
12	Toner HP 660A	Jogo (1x4)	2
13	Toner TN 3480 HL-L5000 D-12000	Unidade	1

NB: O fornecimento será efectuada mediante uma Requisição.

II.2. Formulários de Proposta

II.2.1. Informações do Concorrente¹

Data://20[indicar dia, mês e ano de apresentação da Proposta] Concurso No.: [indicar número do concurso]
Página de páginas
1. Denominação Social [informar a denominação social do Concorrente]
2. No caso de Consórcio, informar a denominação social de cada membro integrante do Consórcio: [informar a denominação social de cada membro integrante do Consórcio]
3. Número de registo comercial do Concorrente [e de cada membro integrante do Consórcio] na Conservatória competente: [informar número de registo do Concorrente e de cada membro integrante do Consórcio]
4. Data de registo do Concorrente na Conservatória: [informar data de registo]
5. Endereço oficial do Concorrente e de cada membro de Consórcio: [informar o endereço oficial no país de origem do Concorrente]
Endereço: [informar o endereço]
Telefone/Fax: [informar telefone/fax]
Email: [informar email]
6. Informações sobre o Representante Autorizado do Concorrente
Nome: [informar nome do Representante Autorizado]
Endereço: [informar o endereço do Representante Autorizado]
Telefone/Fax: [informar telefone/fax do Representante Autorizado]
Email: [infomar email do Representante Autorizado]
7. Encontram-se, anexas, cópias dos originais dos seguintes documentos: [marque a(s) caixa(s) correspondente(s)]
a) Certidão de registo comercial e estatutos actualizados.
□ b) Autorização do signatário para assinatura da proposta e dos documentos de consórcio.
☐ c) No caso de Consórcio, projecto ou documento de constituição.
d) No caso de órgãos e instituições do Estado (incluindo autarquias e empresas do Estado), declaração ou documentos comprovativos de sua autonomia jurídica e comercial.

¹ O Concorrente deve preencher este formulário de acordo com as instruções indicadas abaixo. Nenhuma alteração no seu formato deve ser feita e não serão aceitas substituições. Este formulário deve ser preenchido pelo Concorrente e por cada um dos membros de um Consórcio.

II.2.2. Informações dos Membros do Consórcio²

Data:/20[indicar dia, mês e ano Concurso No.	_	_	_
Página	ı	de	páginas
1. Denominação Social [informar a denominação social do Conco	rrente]		
2. Denominação social de cada membro integrante do Consórcio: social de cada membro integrante do Consórcio]	[informar	a denomin	ıação
3. Número de registo comercial de cada membro integrane do Conscompetente: [informar número de registo de cada membro integrane]			
4. Data de registo do Concorrente na Conservatória de cada memb Consórcio: [<i>informar data de registo</i>]	oro integra	ante do	
5. Endereço oficial de cada membro de Consórcio: [informar o e origem do Concorrente]	ndereço o	oficial no p	vaís de
Endereço: [informar o endereço]			
Telefone/Fax: [informar telefone/fax]			
Email: [informar email]			
6. Informações sobre o Representante Autorizado de cada membro Concorrente	integran	te do	
Nome: [informar nome do Representante Autorizado]			
Endereço: [informar o endereço do Representante Autorizado]			
Telefone/Fax: [informar telefone/fax do Representante Autoriza	ıdo]		
Email: [informar email do Representante Autorizado]			
7. Encontram-se, anexas, cópias dos originais dos seguintes do caixa(s) correspondente(s)]	ocumento	s: [marqu	e a(s)
a) Certidão de registo comercial e estatutos actualizados, das per informadas no item 2.	essoas col	lectivas	
b) No caso de órgãos e instituições do Estado (incluindo órgãos descentralizada, autarquias e empresas do Estado), declaração o comprovativos de sua autonomia jurídica e comercial.	_	-	

² O Concorrente deve preencher este formulário de acordo com as instrucções indicadas abaixo.

II.2.3. Modelo da Proposta de Preço ³
//20 [data]
À
[nome da ENTIDADE CONTRATANTE]
Endereço [inserir o endereço]
A
[O Concorrente deve juntar o Orçamento, Programação de Actividades e Cronograma Físico-Financeiro, de acordo com os modelos a seguir]
No preço acima proposto está incluído o IVA e demais obrigações fiscais.
A presente Proposta e a sua aceitação, por escrito, através da Nota de Adjudicação, irão constituir um Compromisso entre as partes, até que um contrato formal seja assinado. Estamos cientes do facto de que V.Exas. não são obrigados a aceitar a Proposta mais baixa ou qualquer Proposta que recebam.
Confirmamos, através da presente, que esta Proposta é válida por ⁷ dias e que se enquadra em todos os requisitos especificados nos Documentos do Concurso.
Se a nossa Proposta for aceite, comprometemo-nos a obter uma Garantia Bancária como Garantia Definitiva emitida por uma instituição de crédito aceite pela Entidade Contratante, no valor de% do Contrato.
O montante do adiantamento proposto é de8. Estamos cientes que esta parcela de adiantamento está sujeita à apresentação de nossa parte, de uma garantia bancária no mesmo valor do adiantamento.
Assinatura Autorizada:
Nome e Título do Signatário:
Nome do Concorrente:
Endereço:

O O Concorrente deve preencher este formulário de acordo com as instruções indicadas abaixo. Nenhuma alteração no seu formato deve ser feita e não serão aceitais substituições.
 Indicar o nome do Concorrente que apresenta a proposta.
 Identificar os Bens, conforme consta nos Documentos de Concurso.
 Indicar os Bens, conforme consta nos Documentos de Concurso.

⁶ Indicar conforme os Documentos de Concurso.
7 Indicar conforme os Documentos de Concurso.
8 Manter ou excluir se a opção for "sem Adiantamento", conforme os Documentos de Concurso.

		II.2.4. Orçamento								
	CD	50 A 0020 41 CT 00002025	30							
Empr	CR58A003041CL00082025FG Empresa: Data: Folha Nº:									
Item	Descrição dos Bens	Unid.	Quant	Preço Unit.	IVA	Preço Total do Item				
1	Toner HP 26A	Unidade	35	-	-	-				
2	Toner HP 30A	Unidade	15	-	-	-				
3	Toner HP Laser Jet 59A	Unidade	51	-	-	-				
4	Toner HP 89A	Unidade	136	-	-	-				
5	Toner HP 659A	Jogo (1x4)	6	-	-	-				
6	Toner HP 19A	Unidade	8	-	-	-				
7	Toner HP 83A	Unidade	5	-	-	-				
8	Toner HP 415A	Jogo (1x4)	14	-	-	-				
9	Toner HP305A	Jogo (1x4)	7	-	-	-				
10	Toner HP 17A	Unidade	7	-	-	-				
11	Toner HP 201A	Jogo (1x4)	6	-	-	-				
12	Toner HP 660A	Jogo (1x4)	2	-	-	-				
13	Toner TN 3480 HL-L5000 D-12000	Unidade	1	-	-	-				
	TOTAL GERAL	·	•	•	•	-				

NOTAS:

A contratada estará sujeita aos procedimentos do Mecanismo Fiscal de Regularização do IVA, aplicados nas aquisições de bens e serviços, no âmbito de projectos públicos financiados por instituições financeiras internacionais e parceiros de cooperação de desenvolvimento, ao abrigo do Decreto Nr. 66/2017 de 23 de Novembro.

- O presente Modelo deverá ser utilizado pelo Concorrente para indicar as quantidades de bens levantados por sua conta e risco, bem como a cotação de seus preços.
- A relação de quantidades elaborada pelos concorrentes deverá conter itens e ser consistente com os propostos para os Cronogramas de Actividades e Físico Financeiro.

- 3. No Modelo apresentado acima se encontra um exemplo de itemização que poderá ser utilizado.
- 4. A quantidade apresentada é meramente ilustrativa (só para efeitos de comparação de preços), e será celebrado um contrato no valor disponivel para esta contratação e a sua execução será num regime de série de preços.
- 5. O valor total deverá corresponder a soma de todos os itens.

De referir que, ao abrigo do Decreto nº 66/17 de 23 de Novembro sobre mecanismo fiscal de regularização do IVA suportado nas aquisições de bens e serviços no âmbito de projectos públicos financiados por instituições financeiras internacionais e parceiros de desenvolvimento, comunicamos que somente serão pagos valores sem IVA, pelo que, no acto da facturação será entregue a empresa, pelo Instituto Nacional de Saude, o certificado de IVA para ser apresentado à Administração Tributária para justificar a não inclusão na declaração periódica do IVA facturado das operações resultantes deste serviço.

	II.2.5. Programação de Actividades															
				CR	258A00	30410	CL0008	32025F	'G							
Nome	Nome do Concorrente:															
Data:										Me	eses					
Item	Actividades	Início	Térm ino.	N° dias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

NOTAS:

- 1 O mês 1 corresponde ao mês de início dos Bens.
- 2 O Cronograma terá a marcação por barras, indicando os meses em que estiver sendo executada a Actividade o presente modelo deverá ser adaptado ao número de meses que corresponda ao prazo de execução dos Bens, de acordo com o especificado nos Documentos de Concurso.
- 3 Obedecer à mesma itemização que foi indicada nas especificações dos bens.

		II.2.6	. Cron	ogram	a Físic	o Fina	nceiro							
		CI	R58A0	030410	CL0008	32025F	⁷ G							
Nome do 0	Concorrente:													
Data:								Me	eses					
Item	Actividades	Valor do item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	Facturação Mensal													
FACTUR	AÇÃO TOTAL													

NOTAS:

- 1 O mês 1 corresponde ao mês de início dos Bens.
- Nos espaços para os meses deve ser inserido o percentual do item que será realizado no mês e, que será pago no mês subsequente. O presente modelo deverá ser adaptadao número de meses que corresponda o prazo de execução dos Bens, especificado nos documentos do Concurso.
- 3 Obedecer a mesma itemização que foi indicada no Orçamento nas Especificações Técnicas, quando for o caso.
- 4 Na última linha deverá ser indicada a previsão total do valor da facturação mensal, somando-se o percentual de cada item que foi previsto para aquele mês.

II.2.7: Informações para Qualificação⁹

1. Concorrentes Individuais ou Membros Individuais de Consórcios

1.1. Co	onstituição ou situação le cópia do cadastro]	gal do Concorrente - [anexar cópia da documentação ou
1.1.1.	Sede social:	
1.1.2.	Local de registo:	
1.1.3.	Procuração do signatário	da Proposta [anexar]
1.2.	Informações para Quali	ificação Econômico-Financeira: [quando aplicável]
1.2.1.		e demonstrações contábeis referentes aos últimos três (3) ntados na forma da lei. Listá-los abaixo e anexar cópias.
1.2.2.	Facturação em actividade fiscais:	es similares e facturação média anual nos três (3) exercícios
	Total da facturação anual:	(a) ano de 20: (b) ano de 20: (c) ano de 20:
1.2.3.	Capital Social. Indicar of Consórcio ou Associação	o valor do capital do concorrente e de cada membro de e anexar comprovação.
1.2.4.	1 3	a créditos, para satisfazer aos requisitos de qualificação: as de crédito, etc. Listá-los a seguir e anexar cópias dos os.
	(a)	
	(b)	
1.2.5.		eros de telefone, fax e-mail das instituições financeiras que as, se contactadas pela Entidade Contratante.

⁹ Estas informações a serem preenchidas pelos Concorrentes serão usadas para fins de pós-qualificação, conforme disposto na Cláusula 8 do Programa do Concurso. Estas informações não serão incorporadas ao Contrato.

22											
	(a)(b)										
1.3. In	ıformações	para Qua	lificaç	ão Técnica	: [qı	uando aplicáv	el].				
	ade ind	quados e icação de	dispon todos	íveis para	a e	orovativa das xecução do o cessários à si	bject	to da contr	atação, com		
	disj resj os	ponível pa pectivos cu	ara exe urrículo s <i>curri</i> e	ecução do s. [<i>Apresen</i>	ob <i>itar</i>	rovativa da ed jecto da con <i>declaração, I</i> ç <i>ões e a decla</i>	trataç Lista	ção, acomp com os non	anhada dos nes e juntar		
	Posição	Nom	ie	Habilitaçõ	ies	Anos de experiência (geral)	Aı	nos de exper posição pro			
	(a)					\ O /					
	(b)										
	1.3.3. Declaração emitida por pessoa de direito público ou privado comprovativa de que o concorrente adquiriu experiência em actividades com características técnicas similares às do objecto da contratação, com indicação dos dados necessários à sua verificação. [apresentar declaração ou cartas abonatória].										
	nac do	ional ou es	strangei de qua	ira, ou decla lidade, ho	araç mol	oor pessoa de ão de compror ogada pela i <i>ar certificado</i>	nisso nstitu	da empresa aição respo	a de adopção		
	do c valo prop com	concurso, r res devera oosta. Rela	nos últin ão ser cionar, dos da	mos três an indicados também, d	os. na i letal	s com caracteri [<i>relacionar e</i> mesma moeda hes de Serviç s à sua verific	<i>anex</i> a usa os er	car comprov nda para el m curso ou	vativos]. Os aboração da contratados,		
	Nome do e País exec	onde	C pes	ome do liente e ssoa para ontactos	E	ipo de Serviço xecutado e ano de conclusão		alor do Con	trato		

(b) 							
1.3.4. Plano de Trabalho Proposto (método e programação de execução). Apresentar Cronograma de Actividades, Métodos, desenhos e mapas, conforme aplicável, bem como as informações sobre subcontratações, na medida do necessário para atender aos requisitos dos Documentos de Concurso.							
a subcontrata	ontratados, informações ar. [Apresentar Lista e técnica para os serviço].	com os nomes	e juntar	dados sobre a			
Nome do	Resumo da	Serviço	a ser	Percentual			
Subcontratado	Experiência	subcontra	atado				
(a)							
(b)							

2. Consórcios

As informações relacionadas nos itens 1.1 e 1.2, acima, deverão ser fornecidas relativamente a cada membro do Consórcio.

3. Requisitos Adicionais

3.1. Os Concorrentes deverão prestar quaisquer outras informações adicionais solicitadas nos Dados de Base do Concurso, ou que sejam necessárias para satisfazer aos requisitos dos Documentos de Concurso, se aplicáveis.

Contrato No.

Parte - III. Modelo do Contrato

[CR58A003041CL00082025FG /]

[energy 17 2 2 7]
O PRESENTE CONTRATO é celebrado no diade de 20, entre
Instituto Nacional de Saude, com Sede na Estrada Nacional N.º 1, Distrito de Marracuene, Parcela N.º 3943, neste acto
representado pelo xxxxx, na qualidade de Directora Geral Adjunta (doravante designada no presente como "a ENTIDADE
CONTRATANTE") de um lado e

Xxxxxxxxxxxxxxxxx, com Sede na Rua xxxxxx, representada pelo Sr. xxxxxxxx na qualidade de Director, doravante designada no presente como "a CONTRATADA"), em conformidade com as Cláusulas e Condições a seguir.

CONSIDERANDO que a ENTIDADE CONTRATANTE deseja que a CONTRATADA execute os bens de fornecimento de toner no âmbito da realização do Inquérito Comunitário de Determinantes de Saúde para as doenças de notificação obrigatória, e implementação do Sistema Comunitário de Observação de Saúde e Eventos Vitais (SIS-COVE) e outras actividades (doravante designado no presente como "Bens") e a ENTIDADE CONTRATANTE aceitou a Proposta apresentada pela CONTRATADA para a execução e conclusão dos referidos bens.

AS PARTES TEM ENTRE SI JUSTO E CONTRATADO O SEGUINTE:

- Neste Contrato, os termos e expressões terão os mesmos significados respectivamente atribuídos a eles nas Condições
 Contratuais referidas no presente, sendo, outrossim, lidos e considerados como partes integrantes do presente
 Contrato.
- 2. O presente contrato terá a vigência de 1 ano, contados a partir da data da notificação de execução dos bens, sujeito a avaliação de desempenho periódica e disponibilidade orçamental.
- 3. O Prazo de Execução dos "Serviços" será de 12 meses de acordo com os Termos de Referência.

Planilha de Preços submetidos pela Contratada

Item	Descrição	Quantidades	Preço unitário	Preço Total
1	Toner HP 26A	35		
2	Toner HP 30A	15		
3	Toner HP Laser Jet 59A	51		
4	Toner HP 89A	136		
5	Toner HP 659A	6 jogos (1x4)		
6	Toner HP 19A	8		
7	Toner HP 83A	5		
8	Toner HP 415A	14 jogos (1x4)		
9	Toner HP 305	7 jogos (1x4)		
10	Toner HP 17A	7		
11	Toner HP 201A	6 jogos (1x4)		
12	Toner HP 660A	2 jogos (1x4)		
13	Toner TN 3480 HL-L5000 D-12000	1		
	Total			

- 5. A CONTRATADA se compromete, pelo presente, perante a ENTIDADE CONTRATANTE, a executar e concluir os bens e a corrigir quaisquer defeitos apresentados pela mesma, em conformidade, com o disposto nas Condições Contratuais.
- 6. As despesas relativas a este Contrato têm cabimento orçamental de acordo com o seguinte:

Fundo Global- C19RM, linhas orçamentais 563, 605 e 631- e RSSH, linhas orçamentais 52, 88 e 226.

IVA 16% Orcamento do estado

- 7. As partes se comprometem a não oferecer, directa ou indirectamente, vantagens a terceiros e nem solicitar, prometer ou aceitar para benefício próprio ou de outrem, ofertas com o propósito de obter julgamento, favorável sobre serviços a prestar.
- 8. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração no tocante à prestação recíproca de informação necessária á boa execução do Contrato.

O PRESENTE CONTRATO VAI SER ASSINADO PELAS PARTES EM TRÊS (3) EXEMPLARES, DE IGUAL TEOR, CADA UM DELES FAZENDO FÉ, NA DATA ACIMA MENCIONADA.

Pela	Pela
ENTIDADE CONTRATANTE	CONTRATADA
	TESTEMUNHAS:
	Maria F. Machava Brito
	(Chefe de Repartições de Aquisições)

III.1. Condições do Contrato

1. Entidade Contratante	1.1. A ENTIDADE CONTRATANTE é:						
• Alínea a), n.°1, artigo 115	Nome: Instituto Nacional de Saúde						
	Instituto Nacional de Saúde,						
	Departamento de Aquisições						
	EN1, Vila de Marracuene, Parcela Nr. 3943						
	Província de Maputo, Distrito de Marracuene						
2. Contratada	2.1. A CONTRATADA é:						
• Alínea b), n.°1, artigo 115	Nome:						
	Endereço:						
	Nome e função do Representante Autorizado:						
3. Objecto do Contrato	3.1. Objecto: Aquisição de Toner						
• Alínea b), n.°1, artigo 115							
	3.2. O presente Contrato poderá ser modificado ou alterado, nos termos da						
	legislação aplicável, e somente produzirá efeitos mediante a emissão de						
	Apostila/Adenda, que devem ser submetido a fiscalização do Tribunal						
	Adminstrativo.						
4. Regime de Execução	4.1. A contratação de serviços gerais divide-se consoante as formas de						
• Alínea j), n.°1, artigo 115	remuneração da contratada em: Série de Preços.						
5. Prazo de Execução, Data	5.1. Prazo de Execução dos bens: 12 (Doze) meses.						
de Início e de Conclusão							
• Alínea r), n°2, artigo 49	5.2. A Contratada deve iniciar o fornecimento dos bens mediante solicitação da						
• Alínea c), n°1, artigo 115	Contratante, após assinatura do contrato e início das actividade.						
	, 1						
Artigo 120	5.3 . Data de Conclusão Prevista: não deve exceder 12 (Doze) meses.						
6. Cronograma de	6.1. A Contratada submeterá no prazo de: 30 dias o Cronograma de Actividades à						
Actividades	aprovação da Entidade Contratante o Cronograma de Actividades indicando o plano						
• Alínea j), n.°1, art. 115	definitivo de trabalho, com todas as etapas de execução dos serviços distribuídas e						
Annea j), n. 1, art. 113	detalhadas em ordem sequencial, indicando os prazos de início e de término de cada						
	uma delas.						

	6.2. A Entidade Contratante poderá se pronunciar sobre o Cronograma de Actividades, no prazo de: 3 (Três) dias , podendo introduzir as modificações que considere convenientes.
	considere convenientes.
	6.3. Paralelamente as modificações acima referidas carrecem de acordo prévio com a Contratada.
7. Prorrogação do Prazo	7.1 . Se durante a execução do Contrato, a Contratada encontrar circunstâncias que
Artigo 131Artigo 124	impeçam a execução dos Serviços dentro dos prazos, deverá notificar prontamente a Entidade Contratante por escrito, do motivo da demora, sua provável duração e sua (s) causa (s).
	7.2. Logo após o recebimento do aviso da Contratada, a Entidade Contratante deverá avaliar a situação e poderá, a seu critério, prorrogar o prazo estabelecido para execução. Neste caso, a prorrogação deverá ser confirmada pelas partes, através de uma Apostila ao Contrato.
	7.3. Excepto nos casos de Força Maior, a Contratada está sujeita às sanções, pelo incumprimento dos prazos de prestação dos serviços previstos no contrato, excepto nos casos de extensão estabelecidos na Sub-cláusulas acima.
8. Suspensão pela Entidade Contratante	8.1 . A Entidade Contratante, fundamentando, pode determinar a suspensão da execução dos Serviços, por meio de notificação à Contratada, informando as causas e o prazo previsto para retomada dos serviços.
• Alínea c), artigo 119	causas e o prazo previsto para retornada dos serviços.
	8.2 . Durante o período de suspensão a Contratada obriga-se a manter a segurança do Local, da execução dos serviços, das instalações, dos Materiais e dos Equipamentos, na forma prevista no Contrato.
	8.3 . Sempre que a suspensão ocorra por facto não imputável à Contratada, consideram-se prorrogados, por período igual ao da suspensão, os prazos do Contrato e do Cronograma de Actividades.
9. Preço do ContratoArtigo 114	9.1. O Preço previsto para a Entrega dos Bens é: e doravante será denominado como "Preço do Contrato".
	9.2 . No Preço do Contrato estão incluídas todas as obrigações fiscais e taxas vigentes.
10. Cabimento OrçamentalArtigo 11	10.1. A despesa decorrente do presente contrato tem cobertura orçamental na rubrica: FG –C19RM, linhas orçamentais 563, 605 e 631; RSSH, linhas orçamentais 52, 88 e 226.
11. Forma de Pagamento	11.1 . Se especificado na Cláusula 4 que o contrato será executado pelo <i>Regime Série de Preços</i> , a Contratada será remunerada pela quantidade de serviços executados, ao preço unitário constante do Orçamento.
 Alínea e), n.°1, artigo 115 Artigo 122 	11.2 Se for especificado que o pagamento será <i>por dias de trabalho</i> a Contratada deverá manter o registo dos dias de trabalho, em forma aceitável para a Entidade Contratante que deverá ser assinado pelos representantes autorizados, indicados N/A [<i>indicar os representantes</i>], com periodicidade acordada N/A[<i>indicar a periodicidade</i>].

	 11.3. Se especificado na Cláusula 4 que o contrato será executado pelo Regime Serie de Preços, a Contratada será remunerada por fases de trabalhos concluídos, conforme definido nos Cronogramas fisicos financeiro. 11.4. Se a Entidade Contratante efectuar o pagamento com atraso, a Contratada terá direito a uma compensação por pagamento atrasado. A compensação por atraso será calculada a partir da data em que o pagamento deveria ter sido feito, até a data em que o pagamento é efectuado; o valor da compensação diária por atraso de pagamento é de: da parcela em atraso. N/A
12. Cronograma Financeiro • Alínea j) n° 1, artigo 115	12.1. A Contratada deve apresentar à Entidade Contratante Cronogramas financeiros actualizados, demonstrando a evolução mensal dos pagamentos.
13. Certificação para Pagamento • Alínea j) n° 1, artigo	13.1 . A Contratada submeterá ao Gestor as facturas e as situações de trabalho mensais, referentes às medições do trabalho realizado até a data da referida medição e que não foram incluídas nas situações anteriormente aprovadas.
115	13.2 . As medições devem incluir as Alterações e os Eventos Passíveis de Compensação.
	13.3. Os itens para os quais não tenha sido consignado preço não serão pagos e serão considerados como cobertos por outros preços ou taxas previstas no Contrato.
	13.4. A Contratada, até o dia 10 de cada mês, deverá emitir e apresentar factura e situações de trabalhos em três (3) exemplares, da qual constem todos Serviços executados até o dia da medição.
	13.5. O Valor da compensação diária por atraso de pagamento é de: N/A
14. MoedaArtigo 113	14.1. O pagamento será efectuado em Meticais
15. AdiantamentoAlínea c), Artigo 104Artigo 107	A CONTRATADA não receberá qualquer adiantamento.
16. Reajustamento	16.1. O reajustamento de preço deve ser aplicado apenas para contratos com prazo de execução superior a doze (12) meses.
• Artigo 118	Os preços contratuais não serão reajustados.
17. Garantia Definitiva	17.1. O valor da Garantia Definitiva será de: 5% do valor do Contrato, válida por 13 (Treze) meses.
Artigo 103	
18. Representantes Autorizados	18.1. Qualquer acção requerida no âmbito do Contrato deverá ser autorizada pelas pessoas indicadas por cada uma das partes.
Artigo 171	 a. O Gestor do Contrato será nomeado pela Entidade Contratante, decidirá assuntos contratuais como representante desta.

19. SegurosAlínea j) n° 1, artigo	 b. A Contratada deve permitir acesso amplo do Gestor ao local dos Serviços fornecendo-lhe informações, disponibilizando o acesso a documentos e atendendo as solicitações da Entidade Contratante. 19.1. A Contratada deverá garantir o seguro em consequência de qualquer acidente ou dano, de todo o pessoal empregue por ela incluindo possíveis subcontratadas, cobrindo todas as suas responsabilidades, em relação a danos
115	que são compensáveis por lei.
20. Execução dos ServiçosN.º 1, artigo 117	20.1. A Contratada se compromente a executar os serviços de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e Especificações constantes do Contrato e do Cronograma de Actividades.
	20.2. Na execução dos serviços a Contratada deve:
	a) Actuar com diligência, eficiência e economia de acordo com as normas técnicas profissionais aceitáveis;
	b) Utilizar métodos de Gestão adequados e empregar tecnologias apropriadas e de protecção do meio ambiente; e
	c) Proteger os interesses da Entidade Contratante relativamente a Subcontratos.
	20.3. A Entidade Contratante garantirá o acesso à Contratada de todos os locais para execução dos Serviços. Caso o acesso não ocorra na data prevista a Entidade Contratante será responsável pelo atraso do início das actividades programadas.
21.Subcontratação	21.1 . A Contratada é integralmente responsável perante a Entidade Contratante pelo exacto e pontual cumprimento de todas obrigações contratuais.
N° 5 artigo126	21.2. A Entidade Contrante pode recusar a subcontratação, quando haja receio de aumento de riscos de incumprimento das obrigaçõs contratuais.
22. Pessoal • Alínea j) n° 1, artigo 115	22.1. A Contratada deve empregar na execução dos Serviços o pessoal chave indicado em sua proposta. A Entidade Contratante somente aprovará qualquer substituição proposta de pessoal chave se as habilitações e aptidões do substituto forem iguais ou superiores das do pessoal substituído.
	22.2 . A Entidade Contratante poderá solicitar a substituição de pessoal que faz parte da equipa da Contrada fundamentando as razões cabendo a Contrada assegurar a sua retirada do local dos serviços no prazo de sete dias.
23. SigiloAlínea i), artigo 13	23.1 . No decorrer deste Contrato e após seu término a Contratada, Subcontratada e o Pessoal de ambas não revelara quaisquer informações confidenciais ou particulares sobre a Entidade Contratante e sobre os Serviços, sem o consentimento prévio e escrito da mesma.
24. Meio Ambiente	24.1 . A Contratada obriga-se a cumprir todos os requisitos definidos para protecção do Meio Ambiente estipulados pela Entidade Contratante e pela lei específica sobre a matéria.
• Alinea n), n°4, artigo 40	
25. Segurança do Trabalho	25.1 . A Contratada obriga-se a garantir disciplina, segurança, higienie e saúde do seu pessoal no local de prestação de serviços de acordo com as normas da legislação aplicavel.
• Alínea j), n° 1, artigo 115	

26. Causas de Cessação ■ Artigo 125	 26.1. O presente Contrato cessa: a) Pelo integral cumprimento das obrigações da Entidade Contratante e da Contratada; b) Por mútuo acordo entre a Entidade Contratante e a Contratada; c) Por rescisão unilateral, decorrente do incumprimento de obrigações contratuais.
	26.2. A cessação do contrato, fundamentada nas alíneas (b) e (c) será formalizada por escrito.
	26.3 . A parte que pretenda rescindir unilateralmente o Contrato deve notificar a outra da sua intenção de rescisão, com trinta (30) dias de antecedência, indicando, com precisão as causas e os respectivos fundamentos. Findo o prazo indicado, sem que as causas tenham sido afastadas pela Parte notificada, a Parte notificante poderá declarar o contrato rescindido.
27. Rescisão pela Entidade	27.1 . A Entidade Contratante pode rescindir unilateralmente o Contrato, nas
Contratante	seguintes situações:
■ N.° 1, artigo 129	a) Incumprimento pela Contratada de cláusulas contratuais, especificações, projectos ou prazos;
14. 1, artigo 127	 b) Atraso por período superior ao prazo: 10 (Dez) no incumprimento pela Contratada de obrigações constantes de cláusulas contratuais, especificações, projectos e prazos de execução;
	 c) Reiterado cumprimento defeituoso das obrigações contratuais, pela Contratada;
	 d) Sistemática inobservância pela Contratada das determinações do Gestor; e) Declaração de falência, insolvência ou dissolução da Contratada;
	f) Alteração do pacto social, incluindo o objecto social e a estrutura societária da Contratada por fusão, cisão ou incorporação, sem prévio conhecimento e consentimento da Entidade Contratante;
	g) Transmissão, seja qual for a forma que revista, e seja total ou parcial, e bem assim a associação da Contratada a outrem, sem autorização prévia da Entidade Contratante.
20 Danie a mala Cantuata da	27.1.1 . Acumulação, pela Contratada, de multas até 20% do valor do Contrato.
28. Rescisão pela Contratada ■ N.°2, artigo 129	28.1 . A Contratada pode rescindir unilateralmente o Contrato, com os seguintes fundamentos:
14. 2, arugo 127	a) Impossibilidade de acesso ao Local de prestação de Serviços nos prazos contratuais, por acto imputável à Entidade Contratante;
	b) Atraso superior a sessenta (60) dias, nos pagamentos, totais ou parciais, devidos pela Entidade Contratante, em razão da execução dos Serviços; e

	T
	c) Decorridos sessenta (60) dias a contar da recepção da ordem escrita da Entidade Contratante ordenando a suspensão da execução dos Serviços, por motivos não imputáveis à Contratada, salvo em caso de Força Maior ou caso fortuito.
29. Consequências da Rescisão Contratual	29.1 . Se a rescisão unilateral proceder da Entidade Contratante, é assegurada à Entidade Contratante a aplicação de sanções de acordo com a presente Cláusula.
■ Artigo 130	
	29.2. Se a rescisão unilateral proceder da Contratada, nos termos previstos na Cláusula 36, tem esta o direito de:a) Ser-lhe devolvida de imediato a Garantia Definitiva;
	 b) Receber os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e c) Ser resarcida pelos custos da desmobilização, se houver.
30. Sanções por Atraso ■ Alinea g) n.°1, artigo 115	30.1. A Contratada pagará à Entidade Contratante uma multa diária do Preço Contratual: 0.2% pelo atraso na execução dos Serviços que exceder à Data de Entrega, até o limite de: 2% .
Artigo 123	30.2. A Entidade Contratante poderá deduzir o montante das multas descontando-as dos pagamentos devidos à Contratada.
	30.3. Pelo atraso no pagamento dos Serviços prestados, a Entidade Contratante pagará a Contratada juros de mora no valor de: 0,01%
31. Sanções Decorrentes da	31.1 . Se a rescisão unilateral decorrer de evento atribuível à Contratada, nos
Rescisão Contratual	termos da Cláusula 46, são assegurados à Entidade Contratante os seguintes direitos:
■ N.°1, artigo 130	 a) Declarar perdida a seu favor a Garantia Definitiva prestada pela Contratada, para pagamento de multas contratuais e para ressarcimento dos prejuízos causados à Entidade Contratante; b) Fazer retenção dos créditos da Contratada, decorrentes do Contrato,
	para ressarcimento dos prejuízos causados à Entidade Contratante, até o limite dos mesmos;
	c) Aplicação de multa contratual à Contratada, a título de indemnização: 0.5% pelos prejuízos causados à Entidade Contratante;
	d) Tomar posse imediata do Objecto, no local e no estado em que se encontrar, ocupando e utilizando o local, as instalações, os equipamentos, o material e o pessoal empregues pela Contratada na execução do Contrato, se necessários à continuidade da sua execução.
22 Madifiana and	
32. Modificações e Apostilas/adendas	32.1 .Entidade Contratante pode alterar em qualquer altura o Escopo dos Serviços, o Cronograma de Actividades ou solicitar a execução de Serviços Adicionais, para atendimento de interesse público.
Artigo 124	
	32.2 .A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os
	acréscimo ou supressões que se fizerem nos Serviços, até vinte e cinco por cento (25%) do Preço do Contrato.
	32.3. Consideram-se Serviços adicionais aqueles cuja espécie ou quantidade, não previsto ou incluidos no Contrato, sejam imprescindíveis á conclusão dos Serviços em razão de circustâncias imprevisíveis.
	32.4. Se as alterações afectarem os preços do Contrato, as partes ajustarão a revisão de preços, com base nos preços unitários constantes do Contrato. Se a tarefa

pertininente a Alteração corresponde a qualquer item descrito no Orçamento, serão utilizados os preços unitários constantes da proposta da Contratada. Se não tiverem sido cotados os preços para os itens a serem acrescentados, os preços unitários seráo acordados entre as partes, utilizado os preços contratuais com parâmetro. 32.5 A Contratada não será remunerada por custos adicionais decorrentes de factos que poderiam ter sido por ela envitados. 32.6. A execução de Serviços Adicionais somente produzirá efeitos jurídicos mediante a emissão de Apostila. 33. Práticas anti-éticas **33.1.** A Entidade Contratante e a Contratada devem observar os mais elevados Artigo 282 padrões de ética durante o procedimento de contratação e execução do Contrato. Artigo 283 Artigo 284 33.2. É vedada a aceitação pela Contratada, em seu próprio benefício, de qualquer comissão, desconto ou pagamento similar em relação às actividades objecto do Contrato. **33.3**. Além das demais obrigações, ficam incorporadas ao Contrato as disposições da lei de combate aos crimes de corrupção e participação económica ilícita. 33.4. No caso de ocorrência de uma ou mais práticas anti-éticas, a Contratada será declarada impedida de participar em procedimentos de contratação, nos termos do Regulamento. 34. Litígios Foro 34.1. Tribunal competente para solução de conflitos é: Tribunal Administrativo da Província de Maputo. Alínea h), n°1, artigo 115 ■ N°2, artigo 115 34.2. O Contrato prevê a adopção de arbitragem independente para solução de conflitos resultantes da interpretação e execução do Contrato com observância da legislação específica sobre a matéria: Ordem dos Médicos. **34.3**. O Mediador deve emitir uma decisão por escrito dentro de 20 dias contados do recebimento da notificação sobre a existência do litígio. 34.4. A remuneração horária do Mediador proposto será de 1.000,00 (Mil meticais), acrescido de despesas reembolsáveis sendo que o custo será compartilhado igualmente pela Entidade Contratante e a Contratada, qualquer que seja a decisão tomada pelo Mediador. **34.5**. Qualquer das Partes poderá encaminhar a decisão do Mediador a um Árbitro dentro de vinte e oito (28) dias após a data da decisão escrita do Mediador. Se nenhuma das partes submeter o litígio a arbitragem dentro de vinte e oito (28) dias a decisão do Mediador será final e obrigatória. 34.6. A arbitragem será conduzida de acordo com as Leis da República de Moçambique. 34.7. Em caso de renúncia ou morte do Mediador, ou se as partes acordarem que este não está a operar de acordo com as disposições do Contrato, estes designarão, conjuntamente, um novo Mediador. Caso a Entidade Contratante e a Contratada

	não cheguem a um acordo dentro de trinta (30) dias, o Mediador será designado pela autoridade nomeadora: Tribunal Administrativo da Província de Maputo .			
365 Interpretação	35.1 . A língua Portuguesa é o idioma para interpretação do Contrato. As leis a aplicar			
Comunicação e Língua	são as que vigoram na República de Moçambique. As palavras utilizadas na redacção			
	do Contrato terão seu significado normal a menos que definidas especificamente.			
• Artigo 5				
	35.2. Toda a comunicação entre as Partes será na língua Portuguesa e só terá validade			
	por escrito e após sua recepção.			
36. Notificação	36.1. Para fins de <u>Notificações</u> , o endereço das Partes é o seguinte:			
• Artigo 37	■ Endereço da Entidade Contratante			
<u>-</u>	Instituto Nacional de Saúde			
	Estrada Nacional N.º 1, Parcela N.º 3943			
	Distrito de Marracuene			
	Telefone: +258 872000143			
	■ Endereço da Contratada			
	a) Nome: [indicar o nome da pessoa]			
	b)Nome:[indicar o nome do sector]			
	c) Endereço: [indicar o endereço completo, rua e número da sala/porta, e o andar, conforme aplicável]			
	d)Provincia: [indicar o nome da Provincia, Distrito, Município, Localidade, conforme aplicável]			
	e) Telefone: [indicar número do telefone, incluindo código do país e da Província]			
	f) Fax número: [indicar número do fax incluindo código do país e da Província]			
	g)Endereço eletrônico/E-mail: [indicar o endereço e-mail, se houver]			

III: 2. Formulários de Garantias

III.2.1: Garantia Provisória (Garantia Bancária)

CONSIDERANDO QUE	
CONSIDERANDO QUE	
SAIBAM TODOS, pelo presente documento, que nós	[indicar o nome do País], com os nossos [indicar o local do registo] estamos [indicar o nome da ENTIDADE] [indicar o montante em [ctuado de maneira fiel e verdadeira à citada
através do presente. AS CONDIÇÕES da presente obrigação são:	
1. Se, após a abertura das Propostas, o Concorrente validade, especificado na sua Proposta; ou	retirar a sua Proposta durante o período de
 Se o Concorrente, tendo sido notificado da ace CONTRATANTE, durante o período de validade da P (a) deixar de assinar, ou recusar-se a assinar o Con (b) deixar de fornecer, ou recusar-se a fornecer a Ga do Contrato; ou (c) não aceitar a correcção do Preço da Proposta Concurso, 	Proposta: ntrato, de acordo com cláusula contratual; ou urantia Definitiva, de acordo com as condiçoes
3.Comprometemo-nos a pagar à ENTIDADE CONTR. especificado, quando da recepção de seu primeiro pagar contratante tenha que comprovar o pedido CONTRATANTE cite que o valor por ele reivindicad qualquer das três (3) condições e especifique a condição	pedido por escrito, sem que a ENTIDADE o, desde que, no mesmo, a ENTIDADE do lhe é devido, em virtude da ocorrência de
4.A presente Garantia permanecerá em vigor até, a data o prazo para apresentação de propostas, conforme es eventualmente prorrogado pela ENTIDADE CONTE direito de receber notificação de tais prorrogações. Garantia deverá ser recebida pelo Banco até à data acin	stabelecido no Documento de Concurso, ou RATANTE, renunciando, pelo presente, ao Qualquer reivindicação associada à presente
ASSINATURA E CARIMBO DO BANCO	

Nome do Banco :
Endereço:
III.2.1.1. Modelo de Declaração de Garantia Provisória (Deve ser apresentado juntamente com a proposta se o Concorrente Optar por apresentar esta alternativa à Garantia Provisória)
N° do Concurso: [Código/Modalidade/Sequência numérica/Ano]
Para: [Nome da instituição que promove o Concurso]
Nós,[indicar nome, endereço e dados fiscais do Concorrente], representados por[indicar nome, endereço, identificação civil e NUIT], na qualidade de[indicar a função que exerce], signatários desta proposta declaramos nos termos do n° 2 do artigo 105 do Regulamento, aprovado pelo Decreto n° 79/2022, de 30 de Dezembro que:
Entendemos que, de acordo com as condições previstas nos Documentos de Concurso, as propostas devem ser acompanhadas de uma Declaração de Garantia Provisória no montante de [indicar o valor por algarismo e por extenso].
Aceitamos que seremos automaticamente sujeitos ao pagamento de multa de valor igual ao da Garantia Provisória ou proibidos de contratar com o Estado por período de um (1) ano e em caso de reincidência por período de cinco (5) anos, a partir da data de notificação pela Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições, de acordo com o preceituado no artigo 284 do Regulamento, aprovado pelo Decreto n° 79/2022, de 30 de Dezembro, se violarmos as nossas obrigações nas condições da proposta, nos seguintes casos:
(a) Retirarmos/modificarmos a nossa proposta antes de expirar a data da validade da mesma especificada na Proposta; ou
(b) Tendo sido notificado da aceitação da nossa proposta pela Entidade Contratante dentro da validade da Proposta (i) se recusar a assinar o Contrato; (ii) se recusar a fornecer Garantia Definitiva.
Entendemos que esta Declaração de Garantia Provisória expirará nos seguintes casos: (i) não formos notificados como Concorrente vencedor; ou (ii) ao passar trinta (30) dias após expirar a data da validade da Proposta.
[Cidade e data da assinatura da Delaração de Garantia] [Assinatura do Representante com poderes suficientes ¹⁰] [Função/qualidade com que actua no acto ¹¹]

¹⁰ Reconhecida pelo Cartório Notarial 11 Proprietário, Director, Gerente, etc.,

III.2.3: Garantia Definitiva (Garantia Bancária)

Para:	[indicar o no	ome da ENTIDA	ADE CONTI	RATANTE]	
[indicar o e	ndereço da ENT	IDADE CONT	RATANTE]		
CONSIDERANDO-S CONTRATADA], c	omprometeu-se,	nos termos	do Contr	ato n°	
/, a e e breve descrição dos					Inome do Comitato
E, CONSIDERAND CONTRATADA lhes especificado no prese Contrato;	fornecerá Garai	ntia Bancária, p	or banco rec	conhecido, n	no valor do montante
E, CONSIDERANDO Bancária;)-SE QUE conc	ordamos em pr	estar à CON	NTRATADA	A a referida Garantia
ASSIM, PORTANTO V.Exas, em nome da percentagem do Precomprometemos a pa quantias dentro dos estipulado, sem que V reivindicarem a quant	CONTRATADA ço Contratual es gar a V.Exas a s limites de Excias. tenham	A, até o total de specificado no reseu pedido por [indicar] que comprovar	[valo mesmo] escrito e sen o montante	or da garan [valor po n objecções, da garant	tia que represente a er extenso], e que nos , qualquer quantia ou ia], conforme acima
Através do presente, referido débito pela C			•	-	as., de pagamento do
Concordamos, ainda, Serviços a serem exec que possam vir a ser forma, de qualquer ob exigência de sermos in	utados de acordo acordados entre rigação decorrent	com o Contrato V. Excias. e a te da presente G	, ou de qualq CONTRATA arantia, renu	juer dos Doc ADA nos ex	rumentos do Contrato, konerará, de qualquer
A presente Garantia to Definitiva.	erá validade até _.	, inclu	indo a data o	de emissão o	lo Auto de Recepção
ASSINATURA E CA Nome do Banco Endereço					

III.2.4: Garantia Bancária para Pagamento do Valor Adiantado

Para:	[indicar o nome da ENTIDADE CONTRATANTE]
	[indicar o endereço da ENTIDADE CONTRATANTE]
	[indicar o nome e o objecto do Contrato]
Prezados Sen	hores:
acima, a designada co nome da EN execução, no	om o disposto nas Condições do Contrato, Cláusula ("Adiantamentos") do Contrato [indicar o nome e endereço da CONTRATADA] (doravante aqui omo "a CONTRATADA") depositará à [indicar o Indicar I
dadas pela (principal dev [indicar o no a objecção d CONTRATA montante qu do Contrato	[indicar o nome do Banco ou instituição Financeira], conforme instruções CONTRATADA, concordamos incondicional e irrevogavelmente em garantir como vedor, e não simplesmente como Avalistas, o pagamento à
Contrato ou o Contrato, que CONTRATA nos termos notificados se A presente G nos termos d totalmente re	s, outrossim, que nenhuma mudança, adição ou outra modificação dos termos do dos Serviços a serem executados nos termos do mesmo, ou de quaisquer documentos do e possam vir a ser acordadas entre[indicar o nome da ENTIDADE NTE] e a CONTRATADA, nos exonerará, de qualquer forma, de qualquer obrigação da presente Garantia, renunciando, através do presente à necessidade de sermos obre qualquer mudança, adição ou modificação deste tipo. **Garantia permanecerá válida e em plena eficácia, desde a data do pagamento adiantado, o Contrato, até que [indicar o nome da ENTIDADE CONTRATANTE] seja sembolsada por valor igual ao do adiantamento, pela CONTRATADA. **RA E CARIMBO DO BANCO
Nome do Bai Endereço	nco
Data	